



PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ  
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº                      1 / 2014

***"Altera Lei Municipal nº 4.732/2014 e dá outras providências."***

O Prefeito Municipal de Muriaé:

Faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** – O art. 3º da Lei Municipal nº 4.732/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 3º** – A tarifa social será concedida ao beneficiário mediante a apresentação da seguinte documentação:

I – Documento hábil que comprove ser seu imóvel utilizado apenas como residencial, com metragem igual ou inferior a 60m²;

II – Documento hábil que comprove estar o usuário inscrito no Programa Bolsa Família, através do Cadastro Único ou estar inscrito em Programas do Governo Federal vinculado ao Programa Bolsa Família;

III – Documento hábil que comprove que o consumo mensal tenha sido igual ou inferior a 15m³;

IV – Documento hábil que comprove a titularidade/domínio;

V – Cópia dos documentos pessoais de RG e CPF.

**§1º** – Será considerado documento hábil a comprovar a titularidade/domínio:

I – Cópia do alvará de construção;

II – Contrato de promessa de compra e venda registrado;

III – Contrato de comodato devidamente comprovado sua titularidade;

IV – Certidão de usucapião;

V – Contrato de locação.

**§2º** – O DEMSUR se reserva no direito de não aceitar a documentação elencada no parágrafo anterior que estejam em desacordo com suas normas operacionais."

**Art. 2º** – O art. 5º da Lei Municipal nº 4.732/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 5º** – Poderão ser beneficiadas com a tarifa social as famílias de baixa renda, sendo essas consideradas as que estiverem cadastradas no Programa Bolsa Família através do Cadastro Único; as que estiverem cadastradas nos Programas do

A



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Governo Federal vinculadas ao Bolsa Família e que tenham construções feitas por sistema de mutirão dentro da metragem máxima de 60m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados).

§1º - Para receberem o benefício da tarifa social, as famílias de baixa renda deverão ter renda familiar mensal de até 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional e requererem pessoalmente o benefício através de requerimento próprio."

**Art. 3º** – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Muriaé, 22 de agosto de 2014

  
**ALOYSIO NAVARRO DE AQUINO**  
Prefeito Municipal de Muriaé



PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ  
GABINETE DO PREFEITO

Muriaé, 22 de agosto de 2014

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

*Saudações.* É com imensa satisfação, nos termos das disposições legais vigentes e com fulcro no artigo 80 da Lei Orgânica do Município de Muriaé, que encaminho o presente projeto de lei a esta Augusta Casa Legislativa para que seja apreciado, discutido e votado em caráter de urgência, com a seguinte:

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de projeto de lei que visa alterar a Lei Municipal nº 4.732/2014, especificamente para fazer incluir nos artigos cujas modificações se pretende, a definição do que se entende por pessoa de baixa renda e exigir como comprovação dessa qualidade a prova de cadastro no Programa Bolsa Família através do Cadastro Único ou as que estiverem cadastradas nos Programas do Governo Federal vinculadas ao Bolsa Família.

Ante o exposto, encaminho a essa Egrégia Casa o projeto de lei anexo, para análise e ulterior deliberação.

Atenciosamente,

  
**ALOYSIO NAVARRO DE AQUINO**  
Prefeito Municipal de Muriaé

Exmo. Sr.  
Joel Moraes de Asevedo Júnior  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Muriaé  
DD. Presidente da Câmara Municipal.